



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

VIDA FAMILIAR E PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA NO FEMININO

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde-

Maria Valdês Ramires

Porto, julho de 2022



CATOLICA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

VIDA FAMILIAR E PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA NO FEMININO

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde-

Maria Valdês Ramires

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Alexandra Carneiro
Professora Doutora Raquel Matos

Porto, julho de 2022

Agradecimentos

Agradeço especialmente às minhas orientadoras, Professora Doutora Raquel Matos e Professora Doutora Alexandra Carneiro, por terem acolhido o meu desejo de aproximação aos estudos de Psicologia dentro de um campo mais social. Agradeço o rigor e os pequenos gestos de tolerância e de incentivo que foram fundamentais para que eu pudesse dar continuidade a este trabalho.

Agradeço a todo o corpo docente do Mestrado em Psicologia da Universidade Católica do Porto, em especial à Professora Doutora Elisa Veiga, Professora Doutora Vânia Sousa Lima, Professora Doutora Luísa Campos, Professora Doutora Mariana Negrão e Professor Doutor Pedro Dias, por todos os momentos de solidariedade e de ensinamentos proporcionados.

Aos meus pais, Carlos (in memoriam) e Zuleika, (in memoriam), por serem exemplos de força e dignidade necessárias a tudo o que fazemos, do mais pequeno e insignificante gesto, às grandes realizações.

Ao meu marido, José Luiz, e ao meu filho, Rodrigo, pelas boas energias e suporte que sempre recebi para a conclusão deste trabalho. Muito obrigada, queridos.

À doce Bruna, que trouxe uma presença de alegria e tranquilidade para a casa, obrigada, menina!

Aos meus amigos e amigas que, felizmente são muitos e todos significativos, agradeço estarem tão perto mesmo quando distantes geograficamente.

Às amigas que conheci em Portugal, meu muito obrigada por saberem receber tão bem e com tão boa disposição.

Para a minha companheira de projeto, Camila, o meu muito obrigada por trocasses mensagens comigo quando me sentia tão só, foste mesmo fixe!

Um agradecimento especial à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e ao projeto Participo!

Resumo

Ao longo do tempo, a família tem-se mostrado como um agente de socialização fundamental no que concerne à formação dos seus elementos em termos de valores e normas que, por sua vez, se apresentam como base para a formação cívica. Atualmente, verifica-se uma transformação significativa na forma como mulheres e homens recebem a educação por parte da família, tendo, desta forma, impacto num maior equilíbrio de participação entre as mulheres e os homens na vida política e nos cargos que implicam participação nas tomadas de decisão. Esta mudança vai ao encontro da procura por uma maior competência democrática a partir de uma representação social mais fiel. Desta forma, e porque é necessário saber mais acerca destas mudanças, o presente estudo explora aspetos psicossociais relacionados com a família, de mulheres com participação cívica e/ou política. O estudo assenta nas narrativas de dezanove mulheres, recolhidas a partir de entrevistas realizadas no âmbito do projeto Participo!, que visa promover o aumento das taxas de participação política e cívica de mulheres de uma região delimitada da cidade do Porto. Através de procedimentos de análise qualitativa, descrevemos seis dimensões: dimensão socioeconómica; o funcionamento familiar; interações entre membros da família; ideologias políticas familiares; valores sociais da família; e papéis de género na família. De forma global, foi possível compreender que parece existir uma ligação entre as experiências e exemplos de participação cívica e/ou política no âmbito familiar e a participação cívica e/ou política das participantes.

Palavras-chave: Mulheres, família, participação política; participação cívica

Abstract

Over time, family has proven to be a crucial agent of socialization regarding the formation of their members in terms of values and norms, which are the basis for civic education. Today there is a significant change in the way women and men are educated by the family, impacting the balance of participation between women and men in political life and in decision-making positions. This change is in accordance with the search for greater democratic competence based on a more accurate social representation. Thus, and because it is necessary to know more about these changes, this study explores psychosocial aspects related to the family of women with civic and/or political participation. It draws from the narratives of nineteen women who were interviewed in the scope of the project Participo! that aims to promote the increase of women's political and civic participation rates in a given area of the city of Porto. Through qualitative analysis, we described six dimensions: socioeconomic dimension; family functioning; interactions among family members; family political ideologies; family social values; and gender roles in the family. Overall, it was possible to understand that there seems to be a connection between the experiences and examples of civic and/or political participation in the family sphere and the participants' civic and/or political participation.

Keywords: Women; family; political participation; civic participation

Índice

I	ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	1
1.1	PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA	1
1.2	ARTICULAÇÃO ENTRE O SISTEMA FAMILIAR E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE...4	4
II	MÉTODO	6
2.1	OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO	6
2.2	AMOSTRA.....	6
2.4	INSTRUMENTO.....	7
2.5	PROCEDIMENTOS	8
2.5.1	RECOLHA DE DADOS	8
2.5.2	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....	8
III	APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	9
3.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAMÍLIA.....	9
3.2	PARTICIPAÇÃO NA FAMÍLIA	10
3.3	IDEOLOGIAS POLÍTICAS DE FAMILIARES	12
3.5	CONVIVÊNCIA ENTRE FAMILIARES.....	13
3.6	PAPÉIS DE GÊNERO NA FAMÍLIA	14
3.7	MOTIVAÇÕES SUBJETIVAS	16
IV	DISCUSSÃO.....	16
V	CONCLUSÕES	21
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

Lista de Anexos

- Anexo 1 Guião de História de Participação Cívica e Política
Anexo 2 Tabela de descrição das categorias

I Enquadramento Teórico

1.1 Participação cívica e política

De acordo com a American Psychological Association, APA (2009), participação cívica pode ser definida como uma ação individual ou comunitária cujo objetivo visa identificar e abordar questões de interesse público, causar mudanças significativas nas comunidades e facilitar o surgimento de novas habilidades, conhecimentos, e valores. O envolvimento cívico pode assumir muitas formas, desde o voluntariado individual até o envolvimento organizacional e a participação eleitoral. A participação cívica pode ser entendida a partir da possibilidade do indivíduo de exercer o direito de voto, mas também de participar ativamente da comunidade onde vive, buscando recursos humanos, financeiros e materiais para divulgar uma reivindicação ou denúncia. Participar civicamente representa o primeiro nível de participação de um cidadão em prol do interesse público (Jordan, 2004).

Por outro lado, a participação política pode ser definida como o envolvimento ativo e voluntário dos cidadãos no processo de decisão pública sendo este um dos pilares da democracia (Dahl, 1972). Ao incluir os cidadãos nos processos decisórios, a comunidade demonstra e promove autonomia, competência, empoderamento, e liberdade como também facilita a circulação de informações sobre os problemas socioeconómicos e políticos, e o funcionamento do processo governamental incentivando o debate público (Lisi et al., 2013).

Segundo Barrett e Brunton-Smith (2014) é necessário distinguir a participação política da participação cívica. A participação política está relacionada com atividades que objetivam afetar direta ou indiretamente as políticas de governos, sejam estas locais, regionais ou nacionais, ou ainda que pretendem exercer influência nos processos de escolha dos cidadãos que ocuparão os cargos públicos. Relativamente à participação cívica, a sua definição é alinhada com a participação voluntária que intenciona a ajuda ao próximo ou mudanças que sejam favoráveis a uma determinada comunidade, podendo esta ser realizada autonomamente ou a partir de formação de um grupo com objetivos comuns.

Quanto às formas de participação política, podemos distinguir o tipo convencional, através da participação em campanhas eleitorais e filiação a partidos políticos, e o tipo não-convencional, relativo à participação em protestos, manifestações, assinaturas de petições ou atividades na internet ligadas diretamente a assuntos políticos.

Também a participação cívica se apresenta com inúmeras possibilidades de classificação de atividades, por exemplo: participação em reuniões comunitárias sobre assuntos de interesse comum; voluntariado; participação em campanhas de doações diversas e auxílio direto a pessoas da comunidade objetivando o seu bem-estar e serviços comunitários nas escolas. As atividades cívicas ou políticas podem acontecer em conjunto ou isoladamente, ou seja, os indivíduos podem ter uma participação múltipla, por exemplo, em voluntariado e em campanhas de doações diversas, sempre em busca do bem-estar comum. Importa ressaltar a existência de diversos níveis de atuação, seja na participação política ou na participação cívica, uma vez que as atividades podem ocorrer a nível local, regional, nacional, transnacional ou mesmo supranacional (Barrett & Brunton-Smith, 2014).

Estudos sobre a participação cívica e política em Portugal mostram que esta tem vindo a diminuir, fundamentando a necessidade de promover ações para inverter esta tendência. Ferreira et al. (2017), numa investigação longitudinal sobre participação, apontam para uma diminuição em índices como "votar sempre", que passou de 65% em 2007 para 52% em 2015. Apontam também para um aumento considerável na percentagem dos que afirmam "nunca votar", de 8% em 2007 para 15% em 2015. Este padrão de diminuição foi transversal a todas as idades, embora mais frequente na faixa etária dos mais jovens e dos mais velhos. Segundo os autores, este facto pode estar associado aos ciclos de vida, ou seja, os mais jovens ainda não participam por estarem em fase de transição para a vida adulta e os mais velhos pelos custos da participação serem mais elevados. Como custos da participação, referem-se ao esforço, ao tempo e ao custo financeiro de ir votar, que são comparados à perceção de que o voto irá afetar o resultado final, ao benefício esperado a partir do voto, e ao sentido de dever cívico.

Este decréscimo de participação política foi relacionado com o nível socioeconómico e educacional dos participantes da pesquisa, tendo sido concluído que a população com maior rendimento e maior escolaridade tende a ter maior participação cívica e política. As associações voluntárias são consideradas uma forma de participação eficaz pelos participantes com maior identificação partidária, maior nível de literacia e que se nomeiam como pertencentes ao campo político da direita. Na população jovem a taxa de simpatia partidária é maior nos homens com mais escolaridade e com nível socioeconómico mais elevado.

Em outro estudo, Ribeiro et al. (2021), procuraram contribuir para a discussão dos preditores e das barreiras à participação cívica e política dos jovens imigrantes e portugueses, promovendo a análise dos dados levantados no âmbito do projeto PIDOP¹, que versa sobre a

¹ Projeto multinacional de investigação financiado pelo 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia

participação de grupos de jovens, mulheres e imigrantes. O estudo refere duas linhas de pensamento sobre a participação cívica e/ou política dos jovens, uma que relaciona o baixo índice de participação à falta de interesse político ou mesmo à abulia, e que pode ser uma ameaça à coesão social (Benedicto & Morán,2002; Perliger et al.,2006; Putnam,2007), e uma abordagem que contesta esses dados e afirma que os jovens participam de forma não-convencional. Assim, este baixo índice participativo é relativo apenas à participação tradicional. Os jovens não participam diretamente por meio de voto e filiação partidária, mas têm participação alternativa, não convencional, assinando petições, boicotando marcas ou produtos por razões políticas ou ambientais, oferecendo dinheiro ou recolhendo dinheiro para atividades cívica, social ou política, buscam participar em relações menos hierarquizadas (Bauman, 2000; Norris, 2002).

Relativamente à participação feminina em cargos políticos representativos importa pensar os dados a partir da Lei da Paridade de 21 de agosto de 2006 onde foi estabelecido em Portugal que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias locais deveriam apresentar uma representação mínima de 33% para cada um dos sexos. Uma crescente igualdade de representatividade entre homens e mulheres se faz notar inclusive após a Lei Orgânica de 20 de março de 2019 ter majorado a percentagem de representação mínima para 40%, e ainda ter determinado que a ordenação da lista dos candidatos não tivesse mais de dois candidatos do mesmo sexo em consecutivo. O efeito da aprovação da Lei da Paridade fez-se notar quando a representação feminina na Assembleia da República passou de 21.3% em 2005 para 33% em 2015 e para 38.7% em 2019 (CIG, 2021a).

Entende-se que a procura de um maior equilíbrio de participação entre as mulheres e os homens na vida política e nos cargos que implicam participação nas tomadas de decisão tem por objetivo a competência democrática a partir da representação com maior precisão da composição societária (CIG, 2021b). Em 2021, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, informa a existência de diversas assimetrias principalmente no que tange à (1) responsabilidade de prestar cuidados com descendentes e ascendentes, que reflete as representações sociais tradicionais na assunção das tarefas domésticas; (2) à menor representatividade feminina nos cargos de poder; (3) às mulheres receberem menores salários pelos mesmos serviços, qualificações e cargos e (4) ao facto de as mulheres serem a maioria das vítimas de violência doméstica. A igualdade de género deve, para além da promoção da igualdade entre homens e mulheres, ser agente de transformações positivas na qualidade de vida política, social e económica das sociedades.

As desigualdades entre géneros na participação cívica e política pode ser percebida a partir do modo de socialização a que estão sujeitas as mulheres no âmbito familiar. Enquanto agente de socialização, a família contribui para a formação de valores e normas que são a base das atitudes cívicas (Gniewosz et al., 2009). Para Romão "a socialização distinta de mulheres e homens afeta a percepção e a aprendizagem dos papéis políticos" (2005, p.6), uma vez que a socialização é assente em valores estereotipados dos papéis da mulher e do homem na sociedade o que acarreta consequências sociais e psicológicas nas mulheres. Desse modo, as mulheres podem vir a desenvolver uma falta de confiança em si mesmas para desempenhar funções de poder e não considerarem suas aptidões e competências para o exercício de funções com poder decisório (Romão, 2005)

1.2 Articulação entre o sistema familiar e formas de participação na comunidade

Segundo Ariès (1981), o conceito de família tradicional surge em paralelo com o conceito de infância, fruto de uma construção histórica nos séc. XVI-XVII. No séc. XVI os poderes do homem são reforçados, até que a partir do séc. XVII a mulher casada passa a ser completamente dependente do marido para realização dos atos da vida civil, sendo estabelecida uma relação de autoridade e hierárquica entre o marido e a esposa. Contudo, ao longo dos tempos, verificaram-se alterações significativas na forma como cada elemento da família era considerado, conduzindo a uma menor indiferença dos pais em relação aos filhos, tal como os dois elementos do casal começaram a estar de forma paralela na hierarquia familiar.

A família é considerada fundamental para o estabelecimento de padrões sociais e de organização das relações comunitárias, mesmo após as mudanças sociais advindas da industrialização e da modernização das sociedades. Deste modo, a família é considerada o primeiro agente social da promoção de saúde e bem-estar (WHO, 1994). Recentemente, em 1994, a Organização Mundial de Saúde define a família como não limitada a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção e alarga o conceito para um grupo com relações baseadas em confiança e suporte mútuos.

É na esfera privada, no âmbito familiar, que se inicia o processo de formação da cidadania ativa. A proposta de educação para a cidadania (Conselho Europeu, 2012) pressupõe a família como agente educativo e facilitador da inserção social e democrática dos indivíduos na sociedade, agregando valores como a ideia de autonomia, de liberdade de expressão e de escolha e de poder decisório, para citar alguns exemplos. Desta forma, a família é uma fonte de aquisição de competências múltiplas que podem motivar os indivíduos a participar cívica e

ativamente no meio social em que vivem. Diferenças de valores familiares sobre os papéis sociais das mulheres e dos homens acabam por prejudicar a inserção das mulheres na participação ativa no meio social (Romão, 2005).

Os jovens apresentam a tendência a seguir o comportamento de atividade de cidadania dos pais. Como o ambiente de socialização é considerado um espaço político a aprendizagem da cidadania ativa é desenvolvida também no ambiente familiar, de modo que a convivência familiar pode produzir efeitos na disposição para atividade política (Benedicto & Morán, 2002).

Turan e Tiras (2017) procuraram avaliar a importância da família para a aquisição de comportamentos e de participação política dos indivíduos, partindo dos pressupostos da teoria psicológica, ou seja, pela identificação. O seu estudo evidenciou a importância da modelagem na formação de atitudes políticas, pressupondo a vinculação entre as preferências partidárias e o meio ambiente em que a pessoa se desenvolve, com destaque para o ambiente familiar. Desta forma, mesmo antes de atingir a idade de votar, uma pessoa já terá maior interesse em assuntos políticos, sendo esta tendência mais forte em filhos de pais interessados em política. Os autores também exemplificaram a teoria racional, argumentando que o indivíduo sabe dos seus próprios interesses, avalia os partidos e candidatos e escolhe a partir daí sua orientação partidária.

Para Turan e Tiras (2017), a família tem grande importância para a participação política dos indivíduos, pois fornece um modelo de visão de mundo, com ideais políticos, sociais, culturais e económicos. Ainda ressalta os aspetos psicológicos das escolhas a partir da influência emocional que os pais exercem sobre seus filhos. O estudo conclui que a família tem influência no processo de socialização política dos filhos, afetando a atitude e o comportamento político dos seus membros.

A literatura tem vindo a sublinhar a importância do ambiente familiar como fonte de valores básicos, crenças, normas, atitudes, padrões de comportamento, tendo, por isso, efeitos na formação sociopolítica dos seus elementos. Mesmo quando a família não é diretamente responsável pela transmissão de atitudes políticas, o processo de socialização dentro de um determinado círculo social terá consequências no posicionamento político dos seus membros (Turan & Tiras, 2017). Um exemplo é o caso de famílias autoritárias que podem, implicitamente, agregar valores como submissão e hierarquização social nos seus membros.

Ao considerar a família enquanto variável com impacto na atividade de participação cívica e política de mulheres, pretende-se colaborar no debate sobre os fatores que podem influenciar e/ou motivar a participação cívica e/ou política. Mais importante se torna esta temática se tivermos em conta que os índices estatísticos mostram um decréscimo considerável, em termos de participação efetiva da população em geral.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar aspetos psicossociais da família e das mulheres com participação cívica e/ou política. Especificamente, procura conhecer e explicar fatores do contexto familiar que tenham influência na participação cívica e/ou política das mulheres.

Este estudo torna-se pertinente por colocar em relevo aspectos socioculturais presentes nas narrativas das mulheres entrevistadas, com especial interesse na participação do convívio familiar quanto à sua decisão de se tornarem mulheres ativas cívicas e/ou politicamente.

II Método

2.1 Objetivos de investigação

A partir do objetivo único de explorar aspetos psicossociais da família e das mulheres com participação cívica e/ou política, foram recolhidos e analisados dados associados à família nas narrativas das participantes.

2.2 Amostra

O grupo das participantes da investigação foi predefinido pelo projeto Participo! projeto da política de cooperação por igualdade e desenvolvimento das sociedades (UFAFDN, 2020) cujo objetivo principal é o aumento da participação cívica e política das mulheres e raparigas de uma região delimitada da cidade do Porto.

A amostra inicial é constituída por vinte mulheres indicadas por membros da própria comunidade onde o projeto se insere, como exemplos de participação cívica e/ou política. Assim, a comunidade foi desafiada a responder à convocação pública do projeto Participo! “Quem é a mulher que mais te inspira? Conheces alguma mulher ou rapariga que seja um exemplo de participação cívica e/ou política? Diz-nos quem é, queremos conhecer a sua história”, com candidaturas efetuadas entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro de 2021. Os critérios para a inclusão foram o de ser mulher, ter participação cívica ou política, ter morada nas Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e aceitar participar do projeto Participo!

Apesar de termos 20 participantes entrevistadas, devido a impedimentos éticos, foram considerados apenas os relatos de 19, das quais 12 são ativas exclusivamente pela participação cívica, e 7 são participativas cívica e politicamente. A faixa etária das participantes encontra-se entre os 22 e os 75 anos, com idade média de 46.7 anos. Quanto ao estado civil, a amostra é também bastante diversificada apresentando 9 casadas, 6 solteiras, 2 em união de facto e 2

viúvas. Relativamente à escolaridade das participantes, duas concluíram o 3º ciclo do ensino básico geral; 1 concluiu o ensino secundário; 1 concluiu um curso técnico profissional; 11 concluíram a licenciatura; 2 concluíram o mestrado e 2 concluíram o doutoramento. Para salvaguardar o anonimato das participantes, todos os nomes aqui apresentados são fictícios.

Tabela 1

Caracterização das participantes

Nome	Idade	Estado Civil	Habilitações académicas	Foco de participação
Alice	67	Casada	Licenciatura	Cívica
Anabela	49	Casada	Licenciatura	Cívica
Armanda	56	Divorciada	Doutorado	Cívica e Política
Carla	26	Solteira	Licenciatura	Cívica
Carolina	43	Casada	Licenciatura	Cívica
Catarina	46	Casada	Licenciatura	Cívica
Clara	22	Solteira	Licenciatura	Cívica
Daniela	47	Casada	Licenciatura	Cívica
Frederica	33	Solteira	Técnico Profissional	Cívica e Política
Joana	33	Solteira	Mestrado	Cívica e Política
Liliana	49	Casada	Doutorado	Cívica e Política
Lúcia	46	Casada	Licenciatura	Cívica
Luísa	49	Casada	Licenciatura	Cívica
Mafalda	35	Solteira	Licenciatura	Cívica
Manuela	75	Casada	Ensino Secundário	Cívica
Ondina	43	União de facto	Licenciatura	Cívica e Política
Sandra	35	União de facto	Mestrado	Cívica e Política
Sara	64	Viúva	3º CEB	Cívica
Vera	70	Viúva	3º CEB	Cívica e Política

2.4 Instrumento

Os dados foram recolhidos através de um guião de entrevista semiestruturado - "Guião de História de Participação Política e Cívica" - adaptado pelas investigadoras responsáveis pelo projeto a partir do guião original de Dan McAdams (1985) para a recolha de histórias de vida. O guião organiza-se em torno de 4 secções: (a) introdução constando de objetivos, caracterização sociodemográfica e caracterização das formas atuais de participação cívica e política; (b) capítulos de vida, constando da divisão da história de vida da participante em capítulos com títulos e resumos seguida de exploração das dimensões familiar, contexto macrossocial, ocupações e participação cívica e política; (c) cenas ou episódios significativos e (d) outras narrativas, como principais desafios, personagens importantes e ideologia pessoal.

2.5 Procedimentos

2.5.1 Recolha de dados

Foi utilizada a estratégia de *Storytelling* para a recolha das narrativas das participantes. Esta estratégia foi definida pela *National Storytelling Network* (1998) como uma interação entre palavras e ações como gestuais, movimentações do corpo e vocalização para contar uma história que permite ao ouvinte usar a sua imaginação, sendo a narrativa um processo de interação entre quem conta e quem escuta a história (Palacios et al., 20). As narrativas de vida por *Storytelling* pressupõem a exposição individual de uma autobiografia pelo uso da palavra falada e não deve ser vista como registo do que aconteceu, mas como interpretação contínua e reinterpretção da experiência (Bruner, 1987).

Todas as participantes deram o seu consentimento informado antes da realização da entrevista. A cada participante foi atribuído um nome fictício. As entrevistas, que tiveram uma duração média de duas horas e trinta minutos, foram gravadas² para posterior transcrição e análise.

2.5.2 Tratamento e análise de dados

A análise dos dados seguiu uma metodologia qualitativa indutiva, que permite aceder a compreensões dos significados individuais e sociais do objeto, explorando narrativas, experiências e pontos de vista dos indivíduos (Ritchie et al., 2013). Ao tratarmos de recolha de dados por narrativas de vida tendo por objetivo explorar aspetos psicossociais das mulheres com participação cívica ou política, o interesse encontra-se no conhecimento da forma como os indivíduos experienciam e interpretam o mundo social, privilegiando a perspectiva do participante e a experiência subjetiva como fonte de conhecimento (Almeida & Freire, 2017).

As entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas a uma leitura flutuante, na qual foi estabelecido um contacto com os testemunhos recolhidos, facilitando o conhecimento do material e a delimitação do que será analisado (Saldaña, 2021). O processo de análise assentou nos princípios da *Grounded Theory*, criando indutivamente os códigos e categorias a partir de novas informações dos dados, utilizando a comparação constante até o processo ficar saturado

² As entrevistas foram também fotografadas e filmadas, por uma equipa da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, conforme previsto no projeto Participo!

(Corbin & Strauss, 2014). O conceito de saturação foi o critério utilizado para validar os fenômenos como representatividade de um determinado grupo social, sendo este o critério que, segundo Bertaux (1981), indica que, após certo número de entrevistas, o investigador não obterá mais nada de novo.

O processo de codificação foi progressivo para ser possível a reavaliação e a redefinição das categorias, com utilização do software QSR International Pty Ltd. (2020) NVivo (released in March 2020).

III Apresentação de resultados

Os resultados obtidos foram organizados em 7 categorias de 1ª ordem, formatadas a bold, que descrevem aspectos do cenário psicossocial mencionados pelas participantes. As categorias de 2ª ordem encontram-se formatadas em itálico. Os dados relativos às codificações são apresentados como (x,y), onde x se refere ao número de participantes e y ao número de referências.

3.1 Características gerais da família

A análise dos dados permitiu compreender que existem algumas características das famílias de origem que tiveram influência na participação cívica e/ou política das participantes. Destaca-se o *nível socioeconómico* (3,4) com relatos que correlacionam condições socioeconómicas com o desenvolvimento de competências para participação cívica. Dados provenientes de participantes com nível socioeconómico elevado como também de participantes com nível socioeconómico mais baixo apresentaram relatos de sensibilização para participação.

“Os meus pais ficaram desempregados ao mesmo tempo e então... como qualquer outra criança, tive que desenvolver um bocadinho mais rápido e acho que em parte também vem daí às vezes querer ajudar as pessoas mais desfavorecidas porque eu própria já estive nesse papel durante vários anos” (Carla, 26 anos)

“A minha família é de classe média alta, não é? sempre tivermos recursos, o meu avô criou várias empresas, portanto era um empreendedor e e sempre senti também essa

responsabilidade de devolver, de partilhar, da dádiva, sempre esteve presente nos nossos valores, não é?” (Sandra, 35 anos)

Para além do nível socioeconómico, a *estrutura familiar* (2,3) mostra-se como pertinente, na medida em que a configuração do agregado familiar parece ter influência na sua formação enquanto pessoa.

“...enfim os meus verões eram passados numa mesa enorme com pessoas de não sei... éramos trinta e tal pessoas numa mesa muito comprida onde isto era constantemente discutido eu olhava para eles com uma grande admiração e coragem não é? como é que as pessoas tiveram tanta coragem de, em nome dos seus ideais, em nome da sua... visão, e do que entendia que seria liberdade maior de um povo... foram capazes de dar... e portanto tenho esse bichinho completamente no meu no meu ADN...” (Carolina, 43 anos)

Finalmente, a *Vulnerabilidade na família* (1,1) apesar de ser referida apenas por uma participante, foi identificada como sendo importante. Apesar de haver uma grande vulnerabilidade socioeconómica na família desta mulher, compreende-se que, ainda assim, se verifica a existência de valores tradicionais vigentes que se aproximam dos valores de famílias mais organizadas e mais funcionais.

“...e a gente fica revoltada, já de nova vem assim, por querer e não ter, ter a minha mãe marcou-me muito, “ai, Vera, não tenho de comer para o M. nem para ti, já dei aos teus irmãos, e para ti e para mim não tenho”, “pronto mãe deixe lá, depois eu vou ao lavrador pedir um bocado de broa”, mas ia assim. Essas coisas marcam a gente e é por isso que se calhar eu também sou assim.” (Vera, 70 anos)

3.2 Participação na família

Através da exploração dos relatos das participantes sobre exemplos de participação da mãe, do pai, dos pais e de outros familiares, lembranças de fatos marcantes e significativos ocorridos no seu desenvolvimento e na atualidade, bem como dos relatos de histórias partilhadas a respeito de familiares participativos que aparecem como impactantes na sua formação, foram identificadas *Experiências / Exemplos de participação* (18, 58). Esta categoria

ênfatiza o fator família como fonte de transmissão de valores básicos, crenças, normas, atitudes e padrões de comportamento, e a influência do ambiente familiar na história da participação cívica e política das mulheres entrevistadas, a partir da descrição de cenas exemplares ou indicativas do modelo familiar. Uma grande parte dos exemplos e histórias de participação citadas refere-se ao exercício do voluntariado, sendo que 8 participantes relacionaram diretamente o voluntariado dos pais e/ou familiares como significativo para a própria participação cívica, demonstrando uma vinculação entre os exemplos vividos em ambiente familiar e os valores cívicos que determinam a sua participação. Ao todo, 7 participantes associaram imagens da infância/adolescência e influência positiva diretamente à família, citando a vivência familiar e o exercício de atividades cívicas acompanhando familiares como modelagem para a sua participação atual.

“Com dez anos, comecei-me a interessar por voluntariado, não é? e eu comecei a andar, lá está, porque a minha mãe é dirigente de uma associação e também trabalhava em conjunto com outras associações, não é? já estava ligada ao voluntariado e eu própria comecei-me a interessar por voluntariado. Comecei a fazer voluntariado com crianças, com jovens... mais tarde, com sem-abrigos... com idosos... comecei-me a interessar e a conhecer a realidade da cidade.” (Frederica, 33 anos)

“Eu acho que é influenciada pelos meus pais, foram eles que, como eles eram lá voluntários... não é? E uma pessoa tem sempre um... quer sempre imitar um bocado... os pais, não é? na altura com dezasseis anos, devem de ter dito, olha não queres vir? A minha mãe era a responsável depois, estou-me a lembrar, a minha mãe era a responsável das explicações... e portanto disseram-me, não queres? faltam professores para... não sei o quê e acho que deve de ter sido por aí que comecei...” (Alice, 67 anos)

Em continuidade, destaca-se a *Ausência de exemplos na família* (11,15), categoria obtida a partir de relatos da inexistência de exemplos participação cívica e/ou política dentro da família, em um dos pais ou no ambiente familiar referida pelas participantes. Dados que são indicativos da existência de outros fatores que favoreceram à adesão à atividade cívica e/ou política.

“Não sei, não, não há assim ninguém que se destacasse perante mim do ponto de vista político.” (Armanda, 56 anos)

“...mas nunca...nos meus mesmo nunca ninguém participou em nada, não é? mas também nunca ninguém se opôs se alguém quisesse participar...” (Sara, 64 anos)

3.3 Ideologias políticas de familiares

De modo a explorar, a dimensão das ideologias políticas de familiares que tiveram algum impacto na atividade cívica e política das participantes, foi criada a *Pais com atividade política* (2,4). Estes dados foram obtidos a partir de relatos de exemplos diretos dos pais com atividade política e não apenas cívica. Estes relatos podem ser referidos à distribuição da amostra que é bem mais representada por mulheres que têm participação cívica, principalmente.

“O meu pai já tinha participação ao nível da junta da freguesia, fazia parte da assembleia de freguesia e portanto eu ia ouvindo os relatos dele... o meu pai é um... faz parte da direção de uma cooperativa e portanto fui estando muito atenta à participação dele... ia para as mesas nas eleições, portanto isto eu sempre fui aprendendo com ele...” (Joana, 33 anos)

“...e a minha mãe, teve a revolução, a minha mãe fez parte, nessa altura não é? da Revolução dos Cravos e a minha mãe falava muito do 25 de abril... Eu desde muito novinha que começava a ir para a Avenida dos Aliados festejar o 25 de abril.” (Frederica, 33 anos)

Ainda no âmbito da ideologia política de familiares foi criada a categoria *Discussão de política na família* (4,13) a partir de relatos sobre a ocorrência de discussões a respeito de política na família. O facto de haver discussões sobre política em ambiente familiar foi percecionado pelas participantes com importância na sua formação como cidadãs, mas não foi referenciado como motivador direto da sua participação.

“...e a minha avó não sendo licenciada porque não era, não só acarinhava aquela junção de irmãos e aquelas conversas que tinham uns com os outros e que como digo não eram pacíficas porque o marido não, não comungava da maioria das ideias deles... e depois os irmãos entre eles eram todos diferentes porque o mais velho não era de esquerda, e eles tinham ali uma dinâmica interessante e se me marcou... não sei se me marcou, eles também

falavam de política mas também falavam também de outras coisas e eu não...” (Armanda, 56 anos)

“Impacto não diria, mas que foi um...dada lá está a vivacidade da situação e importância que a política tinha para o país na altura e que envolvia todos...todos os cidadãos acho eu, claro que tinha muita importância porque nós vivíamos as situações, uhh, de uma forma muito real não é?” (Daniela, 47 anos)

3.4 Valores sociais familiares

Para explorar os relatos que indicam diretamente a aquisição, a partir da família, de valores de conscientização social foi criada a **Valores sociais familiares** (3,7) que destaca a transmissão de valores familiares perpetuados pela tradição oral e pelos exemplos assistidos durante o processo de desenvolvimento com continuidade em outras fases da vida.

“Eu, eu gostava de crianças e sempre estive muito alerta e isto sempre me foi muito inculcido também pela nossa família que havia muitos miúdos que não tinham as oportunidades que eu tinha e que nunca podiam ter e que não tinham pais que lhes podiam proporcionar aquilo que os meus pais me podiam proporcionar...” (Clara, 22 anos)

“...mas a questão dos valores sempre esteve muito presente na nossa família, não é, e com a minha mãe uma série de coisas que nós dizemos na comunidade terapêutica era repetida em casa, não é, a honestidade é a chave, a interajuda, a empatia, o pôr-se no lugar do outro.”

(Sandra, 35 anos)

3.5 Convivência entre familiares

Os relatos sobre interações entre familiares com importância na atividade cívica e política das participantes foram motivo da criação da categoria *Educação partilhada entre várias gerações* (5,6). Esta categoria integra narrativas de participação significativa dos avós na educação das participantes que são citados como exemplos de participação e de modelagem de comportamento cívico e/ou político.

“...normalmente andava aqui dividida entra as duas casas, mas... ou seja, numa casa estava com os meus pais e noutra casa, tava com os meus avós paternos. Ou seja, mesmo quando... ou seja, mesmo eu indo todos os dias, às vezes ir dormir a casa dos pais, as minhas tardes eram sempre passadas na casa dos meus avós, que faz parte do bairro social de moradores da [nome do bairro social], daí, já a ligação, desde daí, àquela coletividade.” (Carla, 26 anos)

“...e acho que esta parte da..., pronto, da solidariedade, acho que vem muito da minha avó, porque eu lembro-me, à noite, depois de dia de trabalho... minha avó receber pessoas da [bairro da localidade] em casa para lhes ensinar a ler e a escrever, por isso, já já o fazia isso depois de um dia de trabalho, de um dia da vida familiar, ain à noite, ainda ajudava muita gente da [bairro da localidade], ensinava-os a ler e escrever, iam lá para casa pelo menos para aprenderem.” (Lúcia, 46 anos)

No seguimento das interações entre familiares, foram identificadas narrativas das participantes que indicam a presença de incentivo à participação por parte dos familiares. Desse modo, esses relatos foram incluídos na *Incentivo à participação por parte de familiares* (6,9) por apresentarem importância como suporte para a participante.

“Sempre fui incentivada, sempre...hum...sempre fui incentivada, sempre o meu marido não faz voluntariado mas sempre me incentivou.” (Alice, 67 anos)

“Com um apoio absolutamente incondicional, é muito sensibilizador e emocionante até ver todo apoio que as pessoas me dão e o incentivo e a vontade de participar e de ajudar a construir e têm sido de facto peças fundamentais em tudo isso desde a família mais próxima até aos amigos mais afastados.” (Daniela, 47 anos)

3.6 Papéis de género na família

A partir das respostas das participantes a respeito do papel de género em suas famílias de origem, foram considerados dados relativos aos modos de funcionamento familiar no que concerne ao papel de género. Neste âmbito, foi criada a categoria *Papel tradicional da mulher* (2,3) para incluir relatos sobre o papel tradicional das mulheres nas famílias das participantes que tenham impactado a sua participação cívica e política, ou contribuído para a sua conscientização das diferenças de género, base da sua participação cívica. O papel descrito

como tradicional é aquele onde encontramos a desigualdade de género mais acentuada, mulheres que não trabalham, cuidam dos filhos e das lides domésticas.

“Como eu dizia no início venho de uma família muito grande, e, e, e...uma avó que teve um papel muito importante na minha vida, que era muito do, de abrir a casa e de se dar, pronto e portanto eu acho que vem muito daí, da vontade de ajudar e de me dar aos outros...e portanto, não, não consigo ter aí um...e de saber exatamente quando foi, acho que foi um processo natural e sempre me senti muito bem...de me sentir útil aos outros, de servir, no fundo, amar e servir é o meu lema de vida.” (Anabela, 49 anos)

“...era quem estava sempre fora a trabalhar e quando estava em casa, era uma figura austera, autoritária e... e a mãe era, uma mãe extremosa, sempre preocupada com com os filhos, sempre a tentar fazer com que tudo funcionasse, acho que acho que é era profundamente desigual em termos de de género... e que isso também, de alguma forma, me tornou consciente muito cedo... de que essa desigualdade existia...” (Catarina, 46 anos)

Em continuidade, apesar de termos muitos relatos de mulheres acerca do papel de género na família, não ocorreram novas indicações de que a participação cívica e política estivesse vinculada a estes papéis, apenas relativamente ao papel mais igualitário entre mulheres e homens e para receber este relato de uma participante que tem entre os seus temas de atuação o papel de género, foi gerada a categoria *Relações mais igualitárias entre mulheres e homens* (1,1) que indica uma maior paridade na divisão de tarefas domésticas na família de origem da participante referido à atualidade da situação, como estímulo à continuação das lutas por direitos das mulheres.

“...acho que ele próprio se foi também foi percebendo que as mulheres não nascem com uma propensão para lavar a louça, e das últimas vezes que o fui visitar, já o vi a lavar a louça, e ele tem setenta e sete anos... às vezes as pessoas demoram a fazer o seu processo, mas não quer dizer que não o façam... acho que é preciso não desistir de de lutar por esta igualdade dentro das nossas casa e no exterior.” (Catarina, 46 anos)

3.7 **Motivações subjetivas**

Em decorrência de relatos sobre motivações para a participação não diretamente relacionadas à família, mas que se destacaram na narrativa das mulheres, foi criada a categoria **Motivações subjetivas** (9, 21). Nesta categoria são destacados destacar recortes que indicam os ganhos das participantes com a atuação voluntária, seja para comparar estilos de vida e se reposicionar diante do próprio sofrimento inerente à vida, seja para preenchimento do vazio existencial a partir do crescimento dos filhos, seja para sentir-se capaz de mudar a vida de uma outra pessoa. São relatos que apontam uma linha de fuga para os motivadores tradicionais da participação cívica, indicando questões subjetivas e existenciais complexas como significativas da participação cívica. Não foi possível verificar os mesmos dados para participação política por falta de relatos relacionados.

“...por exemplo, o eu estar no IPO e eu lidar com aquele sofrimento todo, eu consigo relativizar mais todas as outras coisa que me acontecem na vida que podem não ser tão boas não é? porque perante aquele sofrimento que eu vejo, não é?” (Alice, 67 anos)

“...e depois quando a S. começou a crescer e a entrar para o colégio, eu comecei a sentir um vazio, realmente senti, senti uma necessidade de fazer qualquer coisa, achei que a minha vida tinha que ser preenchida com outra coisa, e então foi na altura...foi nessa altura...que eu comecei, eu acho que foi nessa altura que eu comecei a dar catequese, em Cristo Rei.” (Manuela, 75 anos)

“(...) sim, é que acho que não assim grandes momentos... de participação em que eu acho tipo assim ahh, mudei a vida de alguém, isto é uma coisa inacreditável (...)” (Sandra, 35 anos)

IV **Discussão**

A partir das narrativas de histórias de vida das participantes, este estudo teve como objetivo compreender a importância de aspectos psicossociais das famílias e das mulheres que participam ativamente cívica e/ou politicamente. Assim, os dados foram sistematizados em

categorias que permitem refletir acerca da importância da família para a sua participação mais ativa na sociedade.

Começamos por destacar a variabilidade da amostra tanto em termos de nível socioeconómico, com participantes que se intitulam como classe média alta até a presença de uma participante com relato de ter vivido em situação de vulnerabilidade social. Ainda encontramos diversidade na amostra em termos de faixa etária, de profissão e de habilitações académicas. Dados relacionados ao nível socioeconómico e ao posicionamento político das participantes não foram informados *a priori*, razão pela qual só podemos trabalhar com os dados a este respeito a partir das narrativas durante as entrevistas. Esta composição enriquece o estudo e favorece a discussão.

O cenário composto abrange algumas dimensões a partir de relatos sobre as características gerais das participantes; a participação cívica e/ou política na família; ideologias políticas familiares; valores sociais familiares; convivência entre familiares; papéis de género na família e uma dimensão das motivações subjetivas para acatar os relatos das participantes sobre motivações intrínsecas da sua participação.

Vislumbrando este cenário, foi percebido que algumas características socioeconómicas podem ter impacto direto na participação cívica, com relatos tanto de uma experiência de participante em situação menos favorecida, quanto de participante com um nível socioeconómico elevado. Alguns dados demonstram que as participantes consideraram a situação socioeconómica como motivadora da própria participação, sendo que Carla (26 anos) indicou que a dificuldade económica pode ter sido um facilitador de competências de empatia para com os menos favorecidos, e Sandra (35 anos) indicou a aquisição de valores de solidariedade social a partir da conscientização das diferenças económicas e de saber-se privilegiada. Em seguimento a este raciocínio, a forma de estruturação familiar foi citada com importância para a formação de valores e crenças, com exemplo de um agregado familiar muito grande que favorecia o ambiente de discussões e de cenas que causaram impacto na participante, influenciando a sua formação para a participação cívica. Os casos que foram levantados referem-se a famílias numerosas, com nível socioeconómico e cultural elevado, o que pode justificar a qualidade das discussões e das histórias escutadas pelas participantes, e ainda indicar que o convívio familiar com pessoas informadas e participativas civicamente, em ambiente acolhedor pode contribuir para uma participação cívica ativa. Também foi possível perceber, a partir de um relato sobre vulnerabilidade social significativa na infância, que esta experiência contribuiu para a formação cidadã da participante. Neste caso, a participante cita uma cena de grande sofrimento em sua história de vida para em seguida justificar que isso a

tinha marcado e que justificaria a forma como ela é atualmente. Trata-se de uma participante muito participativa tanto cívica quanto politicamente e altamente solidária com a população menos favorecida, sendo ela mesma pertencente a um nível socioeconómico menos favorecido. Este caso foi apontado em separado como vulnerabilidade social por ser único na amostra e indicativo da sua diversidade. Esta situação da ativação de interesse político a partir de uma experiência de vulnerabilidade social pode ser considerada como uma reconstrução histórica da participante da sua própria história de vida, na qual a participante afirma a maneira como foi produzida conforme nos indica Dubar e Bertaux (1997).

O que mais foi ressaltado no discurso das participantes de forma articulada com a própria participação cívica e/ou política, são exemplos de participação dos pais, dos avós e de outros familiares, como também histórias escutadas sobre familiares participativos. Esses dados vão ao encontro da literatura (Turan & Tiras, 2017) que procura esclarecer a formação de atitudes políticas pelo efeito da modelagem, a partir de exemplos, de convivências sociais e que pressupõe um campo de influências psicológicas no ambiente familiar. O ambiente da família como fonte de valores básicos, crenças, normas, atitudes e padrões de comportamento participa da formação sociopolítica dos seus membros. É notável que 18 participantes tenham indicado esta vinculação à sua participação cívica e/ou política. Um pouco mais além, encontramos dados que referem a ausência de exemplos de participação entre os familiares, mas em apenas um caso foi informado não ter sofrido influência de nenhum dos pais através de exemplos de participação cívica e/ou política. Cabe salientar que, neste caso, a influência percebida se deu na constatação do funcionamento familiar hierarquizado com papéis de género muito demarcados, o que causou impressão na participante que tem as questões de género entre seus temas de atuação cívica. A ausência de exemplos significativos entre os pais, avós e familiares, pode estar associada a outros ambientes de socialização que são considerados como espaços políticos e onde é possível ocorrer a aprendizagem da cidadania, como por exemplo, o ambiente escolar (Benedicto & Morán, 2002).

Relativamente às ideologias políticas de familiares, nos dois casos em que os pais participam politicamente da sociedade, e este facto é narrado como exemplar, as participantes também têm atividade política, com filiação partidária e participação direta em estruturas formais de governação local, dados que vão ao encontro da literatura sobre a adesão psicológica a partidos políticos ser mais forte em filhos cujos pais são pessoas interessadas em política (Turan & Tiras, 2017). Seguidamente, encontramos os casos em que as participantes relatam a ocorrência de discussões sobre o tema política em ambiente familiar, como fonte de formação cidadã, mas não como agente de impulso da própria participação e sobre essas narrativas

encontramos congruências literárias com Romão (2005) que compreende o âmbito familiar como um local onde se inicia o processo de formação da cidadania ativa, sendo agente educativo e facilitador da inserção social e democrática dos indivíduos na sociedade, agregando valores como a ideia de autonomia, de liberdade de expressão e de escolha, e de poder decisório. Neste cenário, onde estão dispostos elementos socioeconômicos, estruturas familiares, experiências e exemplos de familiares e ambiente familiar, destacamos também, a partir das narrativas das participantes, os valores sociais familiares que foram incorporados pelas participantes à sua forma de participar ativamente da sociedade. Este dado é relevante uma vez que a família é citada na literatura como fonte de transmissão de valores e crenças, com grande impacto na participação cívica e/ou política dos membros família sendo considerada fundamental para o estabelecimento de padrões sociais e de organização das relações comunitárias, e é considerada o primeiro agente social da promoção de saúde e bem-estar (Romão, 2005; Turan & Tiras, 2017; WHO, 1994).

Entre as narrativas destacadas para este aprofundamento dos aspetos psicossociais da família podemos considerar a convivência entre familiares em sua dimensão de educação partilhada entre várias gerações com importância para a modelagem de comportamentos cívicos das participantes. No caso de uma das participantes, Carla (26 anos), o contacto direto e rotineiro com a casa dos avós modificava seu ambiente geográfico, o que causou uma ligação da participante àquela coletividade, um ambiente social menos favorecido; no caso de Lúcia (46 anos), é relatado que ter assistido à sua avó a ensinar a ler e escrever pessoas com pouca condição financeira, após ter trabalhado o dia inteiro, fez com que desenvolvesse um espírito de solidariedade. Essas narrativas corroboram a literatura sobre os efeitos da modelagem de familiares no desenvolvimento de competências cívicas dos indivíduos (Romão, 2005; Turan & Tiras, 2017). Também como decorrência do convívio familiar, a existência de narrativas sobre a importância de receberem incentivo à participação por parte de familiares, nos permitem perceber, por outra via, a influência positiva da família à participação e à continuidade de participação cívica e/ou política. Estas ocorrências indicam a presença de suporte social e apontam para questões de género como no caso da participante Carolina (43 anos), que relata que o seu marido ficava em casa com os filhos para que ela pudesse ir cuidar das suas atividades cívicas, este tipo de suporte é percebido pela participante com grande valor e até citado que o seu trabalho com imigrantes só pode ser desenvolvido porque seu marido a incentivou. Clara (22 anos), por sua vez, relata que o incentivo familiar funciona como reforço, pela família ter se esforçado para que ela tivesse consciência social, para saber-se privilegiada, assim podemos

traçar um recorte que se inicia com os efeitos da modelagem familiar, a conscientização social, a participação cívica e o reforço para a continuidade desta participação em forma de incentivos.

Relativamente ao papel de gênero na família e a sua importância para a participação cívica e/ou política das mulheres entrevistadas, encontramos apenas 2 participantes que fizeram esta ligação no seu discurso. A primeira, Anabela (49 anos), enfatiza a família tradicional, grande, onde as mulheres eram mais cuidadoras da família, como um fator de modelagem, pela avó abrir a casa e se dar e ter daí retirado seu lema de vida: amar e servir. Já relativamente à outra participante, Catarina (46 anos), esta relação ao papel de gênero na família é muito diversa, ela relata que a partir dessa formação hierarquizada, teve consciência, ainda muito nova, da desigualdade de gênero e afirma que o seu pai modificou o comportamento com o passar dos anos, mas que também por alguns exemplos que ele foi acompanhando, nomeadamente ela fala do seu próprio casamento onde o marido cuida das tarefas domésticas tanto quanto ela e a isso ela refere que o pai estranhava, até mesmo em tom jocoso com o genro, mas que ultimamente o pai participa das lides domésticas e conclui que não se deve desistir de lutar por esta igualdade nas nossas casas e no exterior. Catarina (46 anos) tem entre seus temas de atuação cívica, a igualdade de gênero, ou seja, não se submeteu à modelagem oferecida no ambiente familiar, ao menos no que concerne à esta dimensão do papel feminino na família, e buscou em outras fontes recursos para promover seu desenvolvimento. Mais uma vez, podemos considerar a influência de outras dimensões como significativas na formação cidadã, como apontam Benedicto e Morán (2002).

Considerando ampliar o cenário de exploração do tema, trouxemos para o horizonte as motivações subjetivas, como contraponto às motivações necessariamente mais objetivas relacionadas com a família. Ao analisar os discursos das participantes, 9 casos foram percebidos como indicativos de outros tipos de motivação, nomeadas como subjetivas. Trata-se de diversos fatores que influenciam a participação cívica, mas que não estão relacionados ao tema objeto deste trabalho. Foi considerado pertinente o aporte destas narrativas a esta dissertação, uma vez que quase a metade da amostra fez referência a estas motivações que são também identificadas como ganhos a partir da atividade cívica. Para a Manuela (75 anos), a sua participação tem também o sentido de preencher a sua vida, pois sentia um vazio com o qual se deparou quando seu filhos cresceram e ela se viu sem a função materna diária; para Alice (67 anos), existe o sentido de relativizar todas as coisas menos boas que lhe acontecem perante o sofrimento dos outros; para a Anabela (49anos), Frederica (33 anos) e Sandra (35 anos), a ideia de ser capaz de mudar a vida de alguém; para a Joana (33 anos), a ideia de que se ela parar o voluntariado, a coletividade vai deixar de existir; para a Luísa (49anos), a necessidade de falar com pessoas

que também estivessem vivenciando momentos difíceis e de sofrimento a partir de doenças graves do próprio ou de familiares; para Sara (64 anos), a ideia de se sentir útil, de dar um contributo ao país. São muitos os sentidos que as participantes atribuem à sua participação, motivos que poderiam ser investigados com maior profundidade noutro estudo, mas que deixaram aqui a sua marca como referência à existência de situações complexas envolvidas na participação cívica. Não houve nenhum relato sobre este tipo de ganho a partir de participação política na amostra, por esta razão não foi possível perceber esta ocorrência. Uma vez que todos os relatos decorrem de voluntariado, ao todo são 12 participantes com participação exclusivamente cívica, 6 têm participação cívica e política, e apenas uma participante não tem trabalho voluntário, é significativo pensar que este comportamento baseado em princípios de solidariedade e de perceção sobre as diferenças sociais, nesta amostra, é transversal tanto às faixas etárias quanto às situações socioeconómicas e culturais das mulheres entrevistadas. Se há algo que as une é este princípio do ser solidário e procurar de alguma forma dar o seu contributo em busca de uma ideia de um mundo mais justo.

Relativamente às questões existenciais, não há como um indivíduo dentro de uma comunidade não afetar e nem ser afetado pelo seu entorno. Assim, procurar compreender os processos da experiência social significativos para as participantes, considerados tanto em sua dimensão individual como coletiva, também é destacar os atravessamentos sociais, históricos, económicos e institucionais que indicam as experiências subjacentes à narrativa (Carreteiro & Souza, 2016). Neste caso, esta abordagem de buscar naquilo que está para além da família, mas que se apresenta de forma relevante no discurso de 9 participantes, pode ser um contributo, mesmo que pequeno, ao exercício de explorar os aspetos psicossociais das mulheres participantes.

V Conclusões

Neste estudo, foram abordados pontos fundamentais para a compreensão dos aspetos da família que podem ser associados à participação cívica e/ou política de mulheres. Com o cenário disposto em 6 dimensões, que atravessam o campo socioeconómico, as formas de funcionamento familiar, as interações entre membros da família, as ideologias políticas familiares, os valores sociais da família e ainda os papéis de género na família, foi possível diagnosticar a relevância de exemplos e experiências de pais, avós e familiares relacionados com a participação cidadã das mulheres da amostra. Estes resultados são indicativos da transmissão de valores, crenças, comportamentos, normas e atitudes no contexto familiar,

reflexão que corrobora a literatura no que tange aos efeitos da modelagem na formação dos valores cívicos e políticos do indivíduo (Turan & Tiras, 2017) Entretanto, a amostra apresenta-se a partir de participação cívica, nomeadamente reflete um grupo de mulheres já identificadas pela sua elevada participação cívica, sobretudo em voluntariado. Nesse sentido, seria interessante termos mais entrevistas de história de vida de mulheres com participação fundamentalmente política, sem tantos vínculos a práticas de voluntariado e/ou assistencialistas. Não sendo o caso, este trabalho aborda o tema oferecendo indicações para um maior aprofundamento dentro desta dimensão mais política propriamente dita, no sentido de participação efetiva em cargos públicos com representação em processos decisórios. Neste estudo, não foi possível estabelecer uma reflexão sobre o posicionamento político das participantes, pois este dado não foi informado com clareza, e evitamos inferir dados a partir das narrativas.

Em relação à dimensão dos papéis de género, parece ter ficado prejudicada pela ausência de narrativas vinculativas à participação. Muito embora todas as mulheres tenham oferecido o seu contributo a respeito do funcionamento familiar no que tange ao papel de género, apenas 2 mulheres relacionaram esta dimensão com a sua participação. Assim, não foi possível analisar o tipo de representatividade que o papel de género poderia exercer na participação das mulheres entrevistadas.

Por ser uma análise qualitativa, foi possível aceder ao conteúdo particular de cada participante e destacar alguns pontos considerados relevantes para os estudos sobre a família e a participação cívica e/ou política das mulheres. Em alguns casos encontramos congruências, como no caso de 8 participantes terem referido a transmissão por modelagem familiar associada ao voluntariado e alguns casos de incongruência como no caso das participantes que, tendo citado o modelo familiar como tradicional, para Anabela (49 anos), este ambiente teve o efeito de modelagem, citando seu lema de vida como amar e servir, e a Catarina (46 anos) afirma ter percebido no ambiente familiar a desigualdade de género que é tema da sua participação cívica. Este tipo de análise individualizada é possível quando tratamos os dados de modo qualitativo.

É possível, a partir de alguns casos, ilustrar a teoria racional, na qual o indivíduo avalia os partidos e candidatos dentro dos seus próprios interesses e a partir dessa reflexão escolhe sua orientação partidária (Turan & Tiras, 2017). Este seria o caso das participantes Liliana (49 anos), Mafalda (35 anos), e Manuela (75 anos) que relatam não ter tido influência política no ambiente familiar, mas que apresentam um posicionamento num campo político determinado,

Explorar os dados significativos em termos psicossociais na narrativa das participantes permitiu concluir que, pelo menos no que se refere ao voluntariado, o exemplo familiar e as

convivências em família, no seu dia-a-dia, participando ativamente em conjunto com pais, avós e/ou outros familiares de atividades ligadas ao serviço social, ao assistencialismo, à solidariedade, favorece a transmissão da atividade do voluntariado. Para as 2 participantes cujos pais têm atividades políticas, este convívio com a atividade política dos pais ou de um dos pais teve impacto na sua atividade política, dados que vão ao encontro da literatura (Turan & Tiras, 2017).

Sugerimos dar continuidade a este estudo com dados mais significativos relacionados com a participação política, configurando este um estudo de aproximação do tema, muito embora, tenha obtido algumas reflexões sobre a participação cívica e política das mulheres com participação a partir dessa análise exploratória empreendida.

Referências bibliográficas

- Almeida, L. S., & Freire, T. (2017). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação (Portuguese Edition)*. Psiquilíbrios.
- APA. (2009). *Civic engagement*. American Psychological Association.
<https://www.apa.org/education/undergrad/civic-engagement>
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família* (2nd ed.). LTC.
- Barrett, M., & Brunton-Smith, I. (2014). Political and Civic Engagement and Participation: Towards an Integrative Perspective. *Journal of Civil Society*, 10(1), 5–28.
<https://doi.org/10.1080/17448689.2013.871911>
- Bauman, Z. (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Becker, H. S. (1970). *Sociological Work: Method and Substance* (1st ed.). Routledge.
- Benedicto, J., & Morán, M. L. (2002). *La construcción de una ciudadanía activa entre los jóvenes* (1st ed.). Instituto de la Juventud.
<http://www.injuve.es/sites/default/files/LA%20CONSTRUCCION.pdf>
- Bertaux, D. (1981). *Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences (SAGE Studies in International Sociology)* (0 ed.). SAGE Publications.
- Bruner, J. (1987). Life as Narrative. In *Social Research: Vol. 54(1)* (pp. 11–32).
<http://www.jstor.org/stable/40970444>
- CIG. (2021a). *Igualdade de gênero em Portugal 2021: Poder e tomada de decisão*. Comissão Para a Cidadania e a Igualdade de Género. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/5_Poder-e-tomada-de-decisao.pdf
- CIG. (2021b). *Igualdade de gênero em Portugal: Sumário executivo*. Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/0_Sumario-executivo.pdf
- Conselho Europeu. (2012). *Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos | Direção-Geral da Educação*. Direção

- Geral da Educação. <https://www.dge.mec.pt/carta-do-conselho-da-europa-sobre-educacao-para-cidadania-democratica-e-para-os-direitos-humanos>
- Corbin, J., & Strauss, A. (2014). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory* (Fourth ed.). SAGE Publications, Inc.
- Dahl, R. A. (1972). *Polyarchy: Participation and Opposition* (Illustrated ed.). Yale University Press.
- Dubar, C., & Bertaux, D. (1977). Destins personnels et structure de classe. Pour une critique de l'anthropologie politique. *Revue Française de Sociologie*, 18(4), 692.
<https://doi.org/10.2307/3320893>
- Ferreira, V. S., Lobo, M. C., Rowland, J., & Sanchez, E. R. (2017). *Geração milénio? Um retrato social e político*. Universidade de Lisboa.
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/38431/1/ICS_VFerreira_Geracao.pdf
- Gniewosz, B., Noack, P., & Buhl, M. (2009). Political alienation in adolescence: Associations with parental role models, parenting styles, and classroom climate. *International Journal of Behavioral Development*, 33(4), 337–346.
<https://doi.org/10.1177/0165025409103137>
- Jordan, T. (2004). *Activism!: Direct Action, Hacktivism and the Future of Society (Focus on Contemporary Issues (FOCI))* (Illustrated ed.). Reaktion Books.
- Lisi, M., Marchi, R., & Magalhães, P. (2013). Participação política e qualidade da democracia [E-book]. In A. M. Evans, A. C. Pinto, & L. Sousa (Eds.), *A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos* (pp. 51–77). Imprensa de Ciências Sociais.
<http://hdl.handle.net/10451/22840>
- Marsh, D., O'Toole, T., & Jones, S. (2006). *Young people and politics in the UK: Apathy or alienation?* Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230625631>

- National Storytelling Network. (1998). *What Is Storytelling?* Retrieved June 2, 2021, from <https://storynet.org/what-is-storytelling/>
- Norris, P. (2002). *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge University Press.
- Perliger, A., Canetti-Nisim, D., & Pedahzur, A. (2006). Democratic attitudes among high-school pupils: The role played by perceptions of class climate. *School Effectiveness and School Improvement*, 17(1), 119–140.
<https://doi.org/10.1080/09243450500405217>
- Putnam, R. D. (2000). Bowling alone: The collapse and revival of american community. *Choice Reviews Online*, 38(04), 38–2454. <https://doi.org/10.5860/choice.38-2454>
- Ribeiro, N., Neves, T., & Menezes, I. (2021). *Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Retrieved June 14, 2022, from <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/22598>
- Romão, I. (2005). *O desenvolvimento de competências para a participação cívica e política*. Rede Jovens Igualdade.
<https://www.redejovensigualdade.org.pt/dmpm1/docs/mentoring-IR.pdf>
- Saldaña, J. (2021). *The Coding Manual for Qualitative Researchers* (Fourth ed.). SAGE Publications Ltd.
- Turan, E., & Tiras, O. (2017). *Family's impact on individual's political attitude and behaviors*. International Journal of Psycho-Educational Sciences.
<https://perrjournal.com/index.php/perrjournal/issue/view/19>
- UFAFDN. (2020). *Projeto Participo!* UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde. Retrieved June 5, 2021, from <http://www.aldoarfoznevogilde.pt/pages/453>

WHO. (1994). *Collaboration within the united nations system: International year of the family (1994) - the concept of family health*. World Health Organization.

<https://apps.who.int/iris/handle/10665/177368>

Anexos

Anexo 1

Guião de História de Participação Política e Cívica

(Matos & Carneiro, 2021; adaptado de McAdams, 1985b, cit. McAdams, 2000)

I. Introdução

Explicar objetivo (interessa-nos compreender os fatores, circunstâncias e experiências das dimensões principais da sua vida que contribuíram mais e menos para a sua participação cívica e política)

Caracterização sociodemográfica (e.g., idade, estado civil, habilitações académicas, profissão, situação profissional, agregado familiar, se tem filhos e idades)

Caracterização das formas atuais de participação cívica e política (como, desde quando)

II. Capítulos de vida

Pedir às participantes que dividam a sua vida em capítulos principais, e atribuam um título e elaborem um resumo para cada um deles. (se não o fizerem espontaneamente, sugerir que dividam em, pelo menos, três capítulos)

Depois da divisão em capítulos e da elaboração de todos os resumos, para ficarmos com uma ideia geral da vida das participantes, explorar para cada um dos capítulos os seguintes tópicos:

Contexto familiar (estrutura do agregado, dinâmicas relacionais, ocupação dos familiares e seu envolvimento em atividades políticas e cívicas, contributo para a sociedade)

- Com quem vivia? Qual a ocupação dos membros do agregado?
- Como era a sua relação com os familiares?
- Alguém que se destacasse por ser mais participativo política e civicamente? O que motivava essa pessoa? Que impacto é que isso teve na família? Que impacto teve especificamente em si? No caso de ter filhos, questionar se teve impacto na prestação de cuidados dos filhos e na educação destes.
- Em geral, a família era participativa? A família valorizava a participação das mulheres? Qual o papel ocupado pelas mulheres na família? No caso de ter filhos, a prestação de cuidados e educação ficava a cargo de quem? Da mãe?

Do pai? Dos dois? De outras pessoas significativas? (compreender a dinâmica familiar nos cuidados com as crianças)

Contexto macro-social (meio / zona de residência; grupos de pertença)

- Como era a zona onde residia?
- Como era a vizinhança? Como se relacionava com a vizinhança?
- Com quem costumava estar? Tinha algum grupo de amigos? O que costumavam fazer?
- Alguém mais ativo política e civicamente no seu grupo mais próximo? E no grupo mais alargado de pessoas conhecidas?
- Alguém da comunidade envolvente que fosse um exemplo de participação cívica e política (mesmo que não conhecesse pessoalmente)?
- Sentia que deveria participar ou participar mais política e civicamente?
- Em geral, a comunidade era participativa? Valorizava a participação cívica e política das mulheres? Qual o papel ocupado pelas mulheres na comunidade? (compreender o contexto social e cultural em termos de valores e crenças sobre os papéis de género). Como é que as mulheres mães eram vistas na comunidade? Tem ideia de serem ativas cívica e politicamente?

Ocupações (escola, trabalho -motivações, interrupções)

- No caso de ter desistido da escola por ter engravidado ou por ter filhos, questionar como é que foi a experiência, o que sentiu, como sentia que os outros a viam, como se via. Existe algo mais que tenha sido interrompido na sua vida por ter engravidado ou por ter filhos? Se sim, o quê? Porquê? Como é que foi a experiência, o que sentiu, como sentia que os outros a viam, como se via.
- Se citar que interrompeu a escola por causa da criação dos filhos, perguntar se tem mais alguma coisa interrompida na sua vida pela criação dos filhos (pode ser assim?)
- Na escola alguma vez tomou alguma iniciativa que tivesse impacto para si e para os outros? Como foi a experiência? Que resultado obteve? A escola valorizava / incentivava a participação cívica e política (em geral e, em particular, das mulheres)?
- Houve alguma figura/evento no contexto escolar que a tivesse marcado e que, de alguma forma, influenciou a sua participação cívica e política? (figura que poderá ser um professor ou colega)

- Trabalhava? Se sim, explorar percurso laboral.
- No trabalho alguma vez tomou alguma iniciativa que tivesse impacto para si e para os outros? Como foi a experiência? Que resultado obteve?

Participação Cívica e Política

- Tipo de participação cívica e política (participação em reuniões de algum coletivo ou política, voluntária numa organização com um propósito social, participação em campanhas eleitorais, militância partidária, participação em manifestações públicas, exercício do direito de voto, candidata a um cargo governamental, ...)
- O que motivou esta participação cívica e política? Se a motivação estiver relacionada com a experiência da maternidade, pedir para concretizar.
- Que resultados sociais alcançou?
- Como se sentiu?
- Teve reconhecimento social que fez?
- Como reagiam a família, amigos e conhecidos? Como reagiram os filhos?
- Resultados (todas as dimensões positivas e negativas)?

III. Cenas ou Episódios significativos

Descrição em detalhe (o que aconteceu, quem estava lá, o que pensou ou sentiu, e significado no contexto global da história de vida) das seguintes cenas:

- “High point” (cena de alegria, felicidade, afectos positivos; melhor cena da sua história de participação cívica e política)
- “Low point” ou experiência nadir (cena de tristeza, medo, afectos negativos; pior cena da sua história de participação cívica e política)
- Ponto de viragem (cena em que a participante experimenta uma mudança de vida significativa relacionada com a sua participação cívica e política)
- Tomada de decisão (episódio em que teve de tomar decisão importante quanto à sua participação cívica e política)
- Imagem da infância relacionada com participação cívica e política (ainda que seja uma história de outra pessoa, mas que tenha tido impacto no seu percurso cívico e político)
- Imagem da adolescência relacionada com participação cívica e política (ainda que seja uma história de outra pessoa, mas que tenha tido impacto no seu percurso cívico e político)

- Cena de moralidade (em que foi confrontada com dilema moral em termos de participação cívica e política ou dilema entre a sua participação cívica e política e confronto com outra dimensão da sua vida)

IV. Outras narrativas

- Desafio (descrição do maior desafio do percurso de participação cívica e política)
- Personagens
- Principal influência positiva na sua história de participação cívica e política (pessoa ou instituição)
- Principal influência negativa na sua história de participação cívica e política (pessoa ou instituição)
- Ideologia pessoal
- Crenças cívicas e Crenças políticas
- Valores cívicos e políticos fundamentais
- Argumento para o futuro
- Para onde se encaminha a sua história? O que vai acontecer a seguir em termos de continuidade de participação cívica e política à reclusão? Quais os seus objetivos para o futuro?
- Tema de vida
- Identificação de um tema ou mensagem central, e que se baseie na sua história de participação cívica e política.

Anexo 2

Tabela 2

Descrição das Categorias

	Nome das categorias	Códigos	Referências
1. Características gerais da família	Inclui relatos que indicam o nível socioeconômico familiar, a configuração do agregado familiar e casos de vulnerabilidade social.	5	8
1.1 <i>Nível socioeconômico</i>	Condição socioeconômica das participantes.	3	4
1.2 <i>Estrutura familiar</i>	Configuração do agregado familiar.	2	3
1.3 <i>Vulnerabilidades na família</i>	Relatos sobre condições de vulnerabilidade social das participantes.	1	1
2. Participação na família	Inclui relatos de experiências de participação relacionadas ao convívio familiar com exemplos de participação de mãe, pai, pais e outros familiares. Inclui relatos de histórias escutadas a respeito da participação cívica e/ou política.	19	73
2.1 <i>Experiências e exemplos de participação</i>	Mãe, pai, pais, outros familiares. Histórias versus experiência.	18	58
2.2 <i>Ausência de exemplos na família</i>	Relatos de inexistência de exemplos de participação dentro da família em um dos pais, nos pais em conjunto ou no ambiente familiar.	11	15
3. Ideologias políticas de familiares	Relatos de atividades políticas da mãe e/ou pai e acerca da ocorrência de discussões no âmbito familiar	6	17
3.1 <i>Pais com atividade política</i>	Exemplos de atividades políticas dos pais	2	4
3.2 <i>Discussão de política na família</i>	Relatos de ocorrências de discussões sobre política na família	4	13
4. Valores sociais familiares	Relatos que indicam a aquisição de valores de consciencialização social	3	7
5. Convivência entre familiares	Relatos sobre o funcionamento familiar em termos de relacionamentos interpessoais, de distribuição de poder, e de rede de	8	15

	suporte. Relatos da família como incentivo à participação.		
5.1 Educação partilhada entre várias gerações	Relato de educação partilhada entre pais, avós e tios.	5	6
5.2 Incentivo à participação por parte de familiares	Relatos de apoio familiar percebido como incentivo à participação.	6	9
6. Papéis de género na família	Inclui relatos sobre o papel da mulher na família das participantes, sobre mulheres que não trabalham que têm como função a educação dos filhos; que dividem tarefas; que trabalham duplamente.	2	4
6.1 Papel tradicional da mulher	Relatos sobre distribuição desigual de tarefas entre mulher versus homem, papel tradicional da mulher como cuidadora e do homem como provedor.	2	3
6.2 Relações mais igualitárias mulher versus homem	Dar banhos, ajudas nas lides domésticas, partilha de tarefas, família não tradicional em termos de partilha de tarefas, mãe e pai trabalhavam, educação partilhada.	1	1
7. Motivações subjetivas	Para além da família, motivações intrínsecas	9	21